

A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

THE IMPORTANCE OF SOCIAL WORKERS IN THE PUBLIC BASIC EDUCATION NETWORK

Diego Araújo Santiago¹ – Rede de Ensino Doctum
Lorena da Silva Grilli² – Rede de Ensino Doctum

RESUMO

A escola consiste em um ambiente social no qual cada indivíduo possui sua própria realidade, sendo função da escola preparar cada um de seus estudantes para à vida dentro de uma sociedade, sendo necessário para que tal fato ocorra com o desempenho adequado, é de suma importância que dentro do ambiente escolar estejam inseridos profissionais capacitados que vão além do corpo docente. É neste cenário que se verifica a importância de um profissional capacitado para lidar com as questões sociais inerentes a educação e que são vivenciadas dentro das instituições escolares. Sendo assim, o presente estudo consiste no resultado da análise de trabalhos desenvolvidos sobre a inserção e o papel do Assistente Social dentro do contexto educacional brasileiro, verificando sua inserção dentro das políticas de educação, verificando-se as conclusões de produções científicas de alguns autores, cujo maior objetivo consistiu em compreender a importância do Assistente Social dentro das escolas e como estes devem atuar segundo a legislação vigente dentro destas organizações. Assim se buscará demonstrar como esse profissional pode vir a contribuir juntamente com a equipe multiprofissional escolar, propondo métodos e estratégias por meio de seu conhecimento técnico, realizando desta forma, uma mediação entre família/escola/sociedade. Além disso serão apontados alguns dos desafios que o Assistente Social enfrenta dentro do ambiente escolar durante sua atuação profissional, e como este profissional pode contribuir com ações que tornem a educação uma prática de inclusão social, formação da cidadania e emancipação sociais. Sendo assim, o presente artigo se fundamenta dentro de uma pesquisa bibliográfica acerca da temática, buscando entender o que alguns autores tem discutindo sobre a inserção desse profissional dentro das escolas.

Palavras-chave: Política de Educação. Equipe Multiprofissional. Serviço Social. Atuação profissional.

¹ - Bacharel em Serviço Social. – e-mail: diegosantiago12@hotmail.com

² - Professora EaD do Trabalho de Conclusão de Curso, Especialista em Serviço Social – e-mail: prof.lorena.grilli@doctum.edu.br

ABSTRACT

The school consists of a social environment in which each individual has their own reality, and the school's function is to prepare each of its students for life within a society, being necessary for this to occur with adequate performance, it is of paramount importance that within the school environment there are qualified professionals who go beyond the teaching staff. It is in this scenario that the importance of a professional trained to deal with the social issues inherent to education and that are experienced within school institutions is evident. Therefore, the present study consists of the result of the analysis of work developed on the insertion and role of the Social Worker within the Brazilian educational context, verifying its insertion within education policies, verifying the conclusions of scientific productions by some authors, whose main objective was to understand the importance of Social Workers within schools and how they should act according to current legislation within these organizations. Thus, we will seek to demonstrate how this professional can contribute together with the school multidisciplinary team, proposing methods and strategies through their technical knowledge, thus carrying out mediation between family/school/society. In addition, some of the challenges that Social Workers face within the school environment during their professional activities will be highlighted, and how this professional can contribute to actions that make education a practice of social inclusion, citizenship formation and social emancipation. Therefore, this article is based on bibliographical research on the subject, seeking to understand what some authors have discussed about the insertion of this professional within schools.

Key words: Education Policy. Multidisciplinary team. Social Service. Professional Performance.

1 INTRODUÇÃO

O serviço social surgiu da necessidade histórica de atender as demandas voltadas às questões sociais, as quais são resultado das relações de conflito existentes entre a burguesia que detém os meios de produção com o proletariado, o qual possui apenas a força de trabalho como garantia de sua sobrevivência, tais conflitos gerados dentro deste processo de dominação/exploração fizeram surgir a questão que se expressa por meio da desigualdade tanto na apropriação quanto na distribuição da riqueza socialmente produzida pelo trabalho (OLIVEIRA, 2010).

Neste sentido tal desigualdade se manifestada de várias maneiras, como por exemplo por meio do desemprego, miséria, analfabetismo, violência, dentre outras.

Neste contexto o serviço social atua nos mais variados segmentos, tais como: saúde, habitação, assistência, educação, meio ambiente, dentre outros.

Se tratando especificamente da educação, é preciso primeiramente compreender que ela consiste num direito social de todos, e que se encontra garantida por meio da Constituição Federal de 1988, na qual em seu artigo 205 diz que a educação é um “direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 2010, p. 136).

Com o passar do tempo, a vivência escolar acabou se modificando, o que levou ao surgimento de novas demandas, as quais trouxeram consigo novos e grandes desafios para os profissionais da educação. Os conflitos, violência, drogadição, evasão escolar, baixo rendimento escolar, representam os desafios atuais que são encontrados no cotidiano das escolas, sendo que em muitos casos não se consegue solucionar tais problemas, por diferentes motivos e aspectos.

Observando-se essa realidade, podemos refletir acerca das contribuições que a inserção do Assistente Social pode produzir dentro das instituições de ensino, sendo que este profissional possui competências e atribuições que são necessárias para que possa ocorrer a mediação ou mesmo a resolução de diversas demandas tidas como críticas e que se manifestam dentro do contexto escolar, podendo citar como exemplo, situações que envolvem a drogadição, situações de violência, conflitos familiares, evasão escolar, dentre outros. Situações estas que, no entanto, não fazem parte diretamente das atribuições das equipes multiprofissionais e interdisciplinares que normalmente atuam dentro do sistema de ensino.

Não tão distante de tal realidade, a de se considerar também a realidade destes sujeitos e suas famílias, a qual se soma ao contexto de desafios existentes dentro das relações sociais institucionais, na qual os trabalhadores da educação tendem a apresentar suas próprias demandas, as qual de maneira igual também necessitam de uma mediação especializada, onde o assistente social poderia intervir em benefício de ambos.

A escola consiste em um espaço social de educação no qual busca o desenvolvimento pleno do ser humano, desenvolvimento este que ocorre por meio de processos metodológicos e didáticos, os quais tem como finalidade viabilizar a aprendizagem dos estudantes, permitindo que estes tenham uma vivência e uma

troca de experiências a qual ocorre entre os indivíduos que se encontram inseridos dentro do ambiente e do contexto escola.

Assim, o presente estudo busca analisar a inserção do profissional do serviço social dentro do âmbito educacional. O que nos leva a fazer vários questionamentos acerca do mesmo. O que nos faz refletir e buscar entender como os Assistentes Sociais tem analisado a temática diante das publicações teóricas metodológicas na busca de contribuir para reflexões e discussões segundo seu ponto de vista, para se poder demonstrar a relevância da inserção deste profissional dentro dos espaços escolares, e como este pode vir a auxiliar das mais variadas maneiras a solucionar as demandas existentes dentro das instituições de ensino.

Observando-se tais pontos surge um dilema na busca de compreender tal fato, o qual, consiste na questão norteadora do presente estudo: Qual a importância da atuação do assistente social dentro do contexto das escolas de ensino regular?

Nesse sentido este estudo trabalhara com três hipóteses as quais são: Hipótese 1 - A inserção do Assistente Social dentro do contexto escolar ainda não consiste numa realidade da Educação Básica brasileira o que acaba trazendo certas desvantagens para a educação; Hipótese 2 - A escola consiste num espaço onde ocorre relações sociais, e se tem alunos com as mais variadas especificidades e até aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, sendo que, por meio da introdução do Serviço Social nas escolas se torna possível melhorar as relações sociais dos estudantes e profissionais da escola, bem como se faz possível acompanhar e prestar atendimento individual ao estudante e sua família estando estes em situação de vulnerabilidade; Hipótese 3 - O assistente social se faz importante dentro do contexto escolar uma vez que por meio de sua atuação se tem a possibilidade de contribuir para a efetivação do direito à educação por meio da realização de ações que visam proporcionar tanto o acesso quanto a permanência dos indivíduos na escola, trabalhando as relações interpessoais e grupais, e mantendo a qualidade dos serviços dentro do sistema de ensino.

O presente estudo surgiu em virtude do interesse em aprofundar os conhecimentos sobre a inserção do Serviço Social no âmbito da educação, com elementos para a compreensão da importância do Serviço Social na educação. Interesse que emerge a partir do estágio curricular em Serviço Social junto ao Centro de Referência de Assistência Social – o CRAS e a necessária articulação

intersetorial, estabelecendo uma relação de parceria com a escola do mesmo território de abrangência do CRAS. As ações como estagiária de Serviço Social, oportunizaram a aproximação com o contexto escolar e as diferentes demandas inerentes ao ambiente escolar.

Considera-se que a inserção do profissional de Serviço Social no campo da educação básica estabelece o desafio de construir uma proposta que integre ações com crianças, adolescentes e jovens, mediante o trabalho interdisciplinar com os demais trabalhadores da unidade escolar, visando a proteção e garantia de direitos sociais, envolvendo esses sujeitos e seus familiares.

Dada a centralidade que a educação ocupa na constituição da sociedade, deve-se considerar que as escolas são espaços privilegiados, constitutivos do sistema de garantia de direitos e que possui atribuições estratégicas a consolidação de direitos de crianças, adolescentes e famílias em diferentes situações e condições de vida, convívio, vulnerabilidade e risco social. Neste contexto, a presença do Assistente Social na escola pode representar a existência de mais um profissional a contribuir na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. Fato este que justifica a presente pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A escola e o Assistente Social

Sabe-se que o homem consiste num ser social, o qual desde o momento de seu nascimento convive e vive junto de seus iguais, sendo que o primeiro local no qual o indivíduo realiza contatos com outros indivíduos, é justamente na família.

[...] A família representa um espaço indispensável na garantia da sobrevivência, desenvolvimento bem como de proteção dos filhos e outros membros da família, seja qual for o arranjo familiar ou a forma como está se encontra estruturada. É justamente dentro do ceio familiar onde se propicia os aportes afetivos e materiais essenciais para o desenvolvimento e bem-estar dos indivíduos. A família possui um papel decisivo no que diz respeito a educação tanto formal quanto informal, e dentro do espaço familiar é que são absorvidos os valores humanitários e éticos, além de ser o local onde os laços de solidariedade são aprofundados (KALOUSTIAN, 1998, p. 11-12).

A família consiste em um dos principais focos do trabalho do assistente social devido ao fato de a família ser o principal influenciador no desenvolvimento bem como na vida de seus membros, dentro deste contexto e preciso compreender:

O profissional do campo da assistência social possui como sendo seu objeto de intervenção, justamente as necessidades sociais, e deste modo ele busca intervir dentro das expressões relacionadas com as questões sociais. Estas expressões tendem a se rebater dentro do campo de trabalho como consequência do sistema que alicerça o capitalismo, e que surge no sujeito individual ou coletivo dentro das situações de vulnerabilidade seja ela social ou pessoal. É justamente no âmbito familiar onde se pode encontrar a maior quantidade de demandas, e é justamente nela onde também é preciso que ocorra a ação dos serviços sociais e do assistente social. (SANTOS, 2012, p. 126).

Ao chegar na idade escolar, o indivíduo continua seu processo de aprendizagem no tocante as questões da convivência social, contudo, quando a criança ou mesmo o adolescente que chegam dentro do espaço escolar, eles já carregam consigo sua própria história de vida, ou seja, trazem a sua realidade de vida, trazem junto deles o que vivenciaram dentro do seu seio familiar e de sua comunidade, fato este que pode vir a ser obstáculo para que o papel educacional, social bem como da escola venha a ser efetivado (SANTOS, 2012).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 põem a educação formal como sendo um direito pertencente a todas as pessoas. No Brasil, por meio da Constituição Federal de 1988, o qual representa o principal marco de legitimação de leis de direito e deveres, coloca o acesso à educação como sendo justamente um direito social, e conforme expresso pelo artigo 205, a educação é um “direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, CF, 1988).

Durante o ano de 2000, foi criado o Projeto de Lei 3688/2000 (BRASIL, 2014), no qual se dispôs acerca da prestação de serviço do Assistente Social bem como do Psicólogo dentro das redes públicas de educação básica, no entanto, este projeto não foi aprovado inviabilizando a presença e auxílio destes profissionais dentro da rede de ensino. No entanto, o simples fato de se observar a necessidade da criação de uma lei específica que regulamente a contratação destes profissionais para integrar as equipes multidisciplinares nas escolas, por si só, demonstra a enorme preocupação que a sociedade e o Estado possuem, ao se observar a realidade que

se apresenta cada vez mais agravada, seja devido as situações de violência, evasão escolar, drogadição ou mesmo da criminalização.

Dentro do ponto vista histórico percebe-se que para que a educação brasileira chegar no patamar atual foi preciso percorrer um longo caminho, contudo é preciso salientar que ainda existe um enorme caminho a ser percorrido para que todos venham a ser atendidos, sendo necessário a realização de diversas modificações bem como muito ainda precisa vir a ser posto em prática, principalmente no que diz respeito a abrangência e a qualidade dos serviços prestados (ARGUIM, 2016).

Ainda segundo Arguim (2016), não é difícil se observar em diálogo com educadores, diretores ou outros funcionários das escolas bem como com os pais dos alunos, que se ouça acerca das diversas dificuldades existentes dentro do ambiente escolar. Tais dificuldades podem ser tanto de cunho pedagógico, estrutural, de relacionamento entre os profissionais da escola ou destes com os alunos, ou apenas entre os alunos, além das situações relacionadas com a violência, uso de drogas, problemas familiares, dentre os diversos outros problemas e desafios que costuma extrapolar a capacidade de mediação dentro da dimensão pedagógica existente dentro da sala de aula.

Pode-se ressaltar que para alguns destes problemas que são vivenciados nas escolas, o aporte de mais recursos financeiros ou mesmo a ampliação de recursos humanos bem como a capacitação dos profissionais, são fatores que podem vir a amenizar ou mesmo resolver os problemas existentes. No entanto, no que tange às dificuldades apresentadas dentro das unidades de ensino, e que se encontram relacionadas com uma realidade que transpassa os muros da escola, tal como violência, se faz necessária que seja realizada uma intervenção por meio de profissional especializado, o qual consiga compreender até qual ponto a realidade vivenciada dentro do seio familiar, da comunidade que reside, pode vir a atrapalhar e contribuir para o comportamento ou postura do estudante ou mesmo de um profissional da instituição de ensino, sendo justamente nesse ponto onde se percebe a necessidade da realização de um intervenção por profissional qualificado, e é aí que entra o assistente social na unidade escolar (ARGUIM, 2016).

Conforme Martins apud Santos (2012, p. 129) cabe salientar que:

A resolução dos diversos problemas sociais que adentram no contexto escolar e precisam da realização de ações conjuntas e que

sejam eficazes, necessitam em especial da atuação de profissionais do Serviço Social, a procura por estratégias que visem assegurar seja o ingresso, regresso ou permanência do estudante na escola bem como nhoque diz respeito ao seu sucesso na escola; devem vir a favorecer a relação existente entre a família, escola e comunidade, buscando desta forma ampliar os espaços de participação destes dentro do âmbito escolar, a qual deve ser inclusa dentro do processo educativo; oportunizando a ampliação da visão social dos sujeitos que estão envolvidos no processo educativo, compreendendo as questões de cunho social; proporcionar uma articulação entre educação e as políticas sociais bem como com as organizações do terceiro setor, buscando estabelecer parcerias, e buscando facilitar o acesso da comunidade escolar aos seus direitos.

É fundamental compreender que o trabalho do assistente social no contexto educacional tanto pode quanto deve além de mediação dos conflitos, sendo que atualmente, ao se observar a realidade presente dentro dos espaços escolares percebe-se que está ultrapassa tais questões. Deste modo, a contribuição do fazer profissional do assistente social para com os profissionais da educação é justamente na busca tanto de auxiliar quanto de facilitar o enfrentamento das questões de cunho sociais, as quais costumam dificultar em muito o processo de ensino/aprendizagem dos estudantes, sendo que estas questões costumam estar relacionadas com a violência, infrequência escolar, drogas, conflitos familiares, dentre outros (SANTOS, 2012).

Dentro deste mesmo contexto, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, também busca defender a atuação do Assistente Social no contexto escolar. Segundo o CFESS, o Serviço Social dentro do âmbito educacional pode vir a contribuir para a realização de diversos diagnósticos sociais, podendo desta maneira indicar alternativas possíveis para os problemas sociais que fazem parte da vida de muitas crianças e adolescentes, o que por sua vez pode vir a refletir na melhoria das condições de enfrentamento da vida escolar (CFESS, 2001).

Observando-se tais aspectos do serviço social dentro do contexto educacional, a sua inserção vem sendo tema de diversos debates e pesquisas já há alguns anos, afim de se analisar quais realmente são as contribuições que o Assistente Social pode vir a desenvolver com o trabalho em conjunto com as instituições de ensino regular, levando em conta as demandas do cotidiano da comunidade escolar bem como as competências e atribuições próprias da profissão, motivo que nos leva a realizar tal estudo (BRASIL, 2014).

Sendo assim, é preciso entender que as contribuições trazidas pelo Serviço Social consistem na identificação dos fatores sociais, culturais e econômicos que tendem a determinar os processos que mais afligem o campo educacional dentro do contexto atual, sendo estes: baixo rendimento, evasão, agressividade; comportamento de risco, etc. Estas são algumas das questões de grande complexidade existente dentro das escolas e que necessitam da realização de uma intervenção conjunta, por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos), pela família e dirigentes governamentais, o que conseqüentemente vem a possibilitar a realização de uma ação efetiva. (CFESS, 2001).

Ao se considerar a realidade atual apresentada dentro das escolas brasileiras, se pode comprovar a real necessidade da atuação do assistente social na rede de educação básica, e neste sentido, encontra-se em tramitação dentro do Senado Federal o Projeto de Lei 3688/2000, o qual trata acerca da prestação de serviços de psicologia e serviço social dentro das redes de educação básica brasileiras. (BRASIL, 2014).

As escolas não podem mais simplesmente serem vistas como local onde crianças e adolescentes frequentam para aprender determinados conteúdos como biologia, física, matemática, português, etc. Pois já a alguns anos que a escola desempenha um papel fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento social dos estudantes, sendo a escola um local no qual a diversidade se impõe e o aprender a conviver com o outro se torna primordial. Sendo assim, é preciso que a escola se perceba como uma parte integrante e de suma importância da rede que tem por objetivo básico garantir os direitos das crianças e dos adolescentes (SILVA; GUIMARÃES, 2009)

Conforme a constituição das políticas públicas de atenção às crianças e adolescentes, e de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se concluir que as crianças e adolescentes são indivíduos que se encontram em desenvolvimento e são sujeitos de direitos. A de se considerar também que a condição de um indivíduo em desenvolvimento informa o fato de que ele ainda não possui capacidade de por si só de garantir e lutar por seus direitos. Deste modo precisam da proteção especial bem como de garantias legais, e dispositivos para que se possa normatizar ações práticas voltadas para o atendimento destes (SILVA; GUIMARÃES, 2009).

2.2 A atuação do Assistente Social na escola

É importante frisar que a atuação de equipes multidisciplinares, e que sejam formadas por profissionais especializados e que possuam competências para trabalhar dentro da realidade apresenta dentro do cotidiano das escolas, que muitas vezes tende a ultrapassar os ditos muros da escola – como por exemplo o assistente social, se torna essencial e urgente que o mesmo atue dentro das escolas (ARGUIM, 2016).

Outro ponto importante que deve ser mencionado consiste no fato de que as instituições de ensino básico por fazerem parte da rede de garantia de direitos para crianças e adolescentes, precisam ter a capacidade de reconhecer seus problemas para desta maneira poderem estabelecer uma comunicação mais eficaz com os outros organismos que compõem esta mesma rede de proteção, para que assim, seja possível consolidar a intersetorialidade bem como a integralidade necessária entre todas as políticas de direitos (ARGUIM, 2016).

2.3 O Serviço Social na Política de Educação: conquista no campo legal

Portanto é evidente que a educação consiste num direito social indispensável o qual busca que todos os indivíduos venham a integrar a sociedade de uma maneira crítica, assimilando para a realidade em que se encontram inseridos. A escola neste cenário representa um dos principais equipamentos para a viabilização da transformação social, a qual tende a contribuir para uma “nova ordem societária” dentro do trabalho interdisciplinar, vindo assim, a se efetivar o acesso aos direitos necessários para se ter nas mãos o exercício da cidadania com uma verdadeira autonomia, bem como, uma educação que preze a qualidade e equidade (LUCIANO, SILVEIRA, 2021).

Dentro desta perspectiva foi promulgada no ano de 2019 a Lei n. 13.935/2019, que trata sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes de ensino público, a qual diz que:

Art. 1º As redes básicas de ensino público contarão com serviços de psicologia e serviço social na busca de atender às necessidades e

prioridades que se encontram definidas por meio das políticas públicas de educação, e através do trabalho desenvolvido por equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais precisam desenvolver diversas ações na busca da melhoria da qualidade do processo educativo, por meio, da participação de toda comunidade escolar, vindo desta maneira à atuar no processo de mediação que deve existir entre as relações sociais e institucionais.

§ 2º A equipe multiprofissional deve desenvolver seu trabalho de forma que seja considerado o projeto político-pedagógico desenvolvidos pelas redes públicas de educação básica bem como os desenvolvidos dentro de cada estabelecimento educativo. (BRASIL, 2019).

Acerca dos subsídios necessários para a atuação do Assistente Social, conforme publicação do CFESS que trata sobre a atuação destes profissionais dentro da Política de Educação, encontra-se expresso que:

A educação pode ser compreendida como sendo um espaço privilegiado, o qual pode ser empregado tanto para o enriquecimento quanto para o empobrecimento do gênero humano. Desta foram, e se considerando a perspectiva voltada para o fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho desenvolvido pelo do assistente social dentro da Política de Educação deve sempre pressupor a referência com a concepção que busque a realização de educação emancipatória, a qual venha a possibilitar que os indivíduos sociais possam vir a desenvolver todas as suas potencialidades bem como as capacidades existentes no gênero humano. (BRASÍLIA, 2013, p.33).

Ainda é preciso ressaltar que conforme a Lei n. 13.935 de 2019, na qual se preconiza o fato de que as escolas públicas deverão ter dentro de seu quadro profissional indivíduos formados nas áreas de Psicologia e Serviço Social. Contudo, mesmo com a promulgação da norma não se cessou a mobilização, pois ainda se verifica a necessidade de se buscar e garantir que esta venha a ser regulamentada e, desta maneira implementada conforme artigo abaixo:

Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação da referida Lei, para vir a tomar as providências cabíveis para o cumprimento de suas disposições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2019).

É fundamental compreender que o ambiente escolar se encontra cheio de expressões relacionadas com a questão social, as quase precisam ser trabalhadas

pelo profissional do serviço social. Este profissional tem como dever buscar a garantia do acesso aos direitos sociais de toda a população. Uma vez que a educação consiste num direito de todos, logo os assistentes sociais possuem uma enorme área de trabalho em conjunto com às escolas, familiares e demais profissionais que atuam dentro destas instituições educativas, além de buscar a promoção do acesso para as demais políticas públicas (AMARO, 2017).

Segundo ressaltado por Amaro (2017), a busca por uma compatibilidade ou local que venha a possibilitar a atuação do Assistente Social dentro das escolas públicas, na atualidade ainda representa um grande desafio, contudo, é essencial que seja exigido destes profissionais um verdadeiro compromisso profissional. Ainda segundo Amaro, o que se busca é uma “reprogramação” do Serviço Social na busca de se compreender, de se aceitar fora de uma atuação que fique restrita dentro do âmbito em que se encontram as políticas públicas voltadas para a seguridade social, fato que marcou a história da profissão no Brasil, sendo que este fato acaba implicando, dialeticamente, a “renovar-se” para que seja possível atuar dentro da política educacional (AMARO, 2017).

As ações tendem a se tornar mais organizadas por meio dos grupos de estudos e associações que representam a profissão e que surgem dentro deste cenário e que se encontram preocupadas com a formação dos seus componentes vinculados dentro do contexto social. A primeira dimensão na qual se dirige o Serviço Social dentro deste contexto consiste nas novas expressões e manifestações relacionadas com as questões sociais, as quais são resultado destas diversas transformações dentro da estrutura do capitalismo, sendo que nos deparamos com estas constantemente dentro do cotidiano institucional juntamente de antigas questões que sempre retornam. Ainda acerca da questão social, percebe-se que essa está cada vez mais estruturante, repleta de relações sociais de desigualdade, pela impossibilidade de se conseguir chegar até a verdadeira realidade da população com o assistente social deve vir a trabalhar, sendo ao mesmo tempo este como estranho dentro do lugar que ocupa dentro das relações sociais, à sua cultura, linguagem, seu saber do mundo, seu sofrimento bem como as estratégias que fará uso para que seja possível resistir dentro de um universo de dimensões insuspeitas (YAZBEK, 2014, p. 686).

2.4 Atribuições do/a Assistente Social no ambiente escolar

É dentro deste contexto repleto de contradições e cheio de graves vulnerabilidades, que ocorre a implantação do Serviço Social nas escolas. Diante de

tal conjuntura o assistente social precisa ser capaz de identificar diversas condições tais como as sociais, econômicas e culturais, sendo que tais condições tendem a afetar o campo educacional dentro do atual cenário, e neste sentido, terá como desafio a realização do trabalho interdisciplinar, onde portanto, o assistente social não irá desempenhar seu trabalho de forma isolada (LUCIANO, SILVEIRA, 2021).

Sendo assim, o trabalho do assistente social dentro das escolas irá ocorrer de forma conjunta com toda a equipe de trabalho da escola, sendo que o indivíduo deste grupo de trabalho deve vir a desenvolver seu papel segundo as especificidades de seu cargo, de maneira a desenvolver um trabalho interdisciplinar, cujo objetivo consiste no desenvolvimento de ações diante das situações que ocorrem de forma cotidiana, e que de certa forma acabam tornando vulneráveis as relações sociais, bem como busca contribuir de maneira que se possa potencializar o desenvolvimento dos educandos que ocorrem dentro dos espaços escolares (LUCIANO, SILVEIRA, 2021).

Portanto, conforme dito por Yazbek (2014), o dever do profissional do serviço social tanto reconhecer quanto buscar fortalecer os locais que necessitam da realização de estratégias e intervenções na busca de se construir ações e que seja possível compreender a realidade da vida dos sujeitos envolvidos nesse processo, vindo desta maneira a contribuir para se desenvolver as relações pedagógicas existentes nas instituições escolares. Portanto, a inserção deste profissional dentro da rede pública de educação consiste em se trazer relevância para as atribuições que ocorrem durante a busca pelas potencialidades e pela defesa de direitos sociais ao qual todos os indivíduos têm direito.

Tratando-se das ações desenvolvidas pelo Assistente social dentro do âmbito escolar, Figueiredo (2014, p. 03), descreve as seguintes ações:

- Atender e acompanhar de forma sistêmica às famílias e estudantes das unidades escolares, buscando assim, colaborar para que sejam garantidos os direitos de acesso e permanência do estudante na escola;
- Elaborar o Plano de Trabalho da equipe, o qual contemple tanto ações quanto projetos para os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar, levando em conta suas especificidades segundo o território de abrangência;
- Monitorar e acompanhar os estudantes que se encontram em situação de infrequência ou de evasão escolar;
- Elaborar relatórios sistematizados sobre o trabalho desenvolvido, o qual deve conter análises tanto qualitativas quanto quantitativas;

- Levantar os recursos da área de abrangência e realizar a articulação junto a Rede Intersectorial;
- Realizar estudos e pesquisas no sentido de identificar o perfil socioeconômico e cultural dos indivíduos atendidos, levando em consideração suas demandas, as características territoriais, bem como outras temáticas;
- Realizar de reuniões de estudos temáticos, oficinas, estudos de casos juntamente como professores, equipe diretora e equipe pedagógica da unidade ensino;
- Participar nos espaços dos conselhos de políticas e direitos, fóruns, de modo especial dos voltados para as áreas da educação, assistência, criança, adolescente e saúde;
- Fortalecer a parceria com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS bem como com as unidades de saúde, afim de poder viabilizar o atendimento e acompanhamento de forma integral dos indivíduos atendidos;
- Participar semanalmente de reunião de supervisão, estudo de casos e planejamento. (FIGUEIREDO, 2014, p.3).

Desta maneira podemos identificar que o Assistente Social dentro do seu exercício profissional, acaba desempenhando diversas funções de cunho educativo junto a classe trabalhadora, onde dentro das escolas, a sua atuação não ocorre de forma diferente, pois a sua atuação tende a incidir sobre o modo de vida, e pensamento da comunidade escolar, o qual se manifesta por meio das situações que são vivenciadas dentro do seu próprio cotidiano, fato que ocorre justamente devido ao caráter político-e-educativo que possui. O assistente social, portanto, atua diretamente na busca por garantir os direitos sociais, tais como o direito de acesso e permanência na escola, fato que acaba por contribuir para que venha a ocorrer uma transformação social bem como a emancipação dos sujeitos (SOUZA, 2020).

É importante ressaltar que é fundamental que as famílias sejam acolhidas dentro das escolas, fazendo com elas venham a sentir que são uma parte essencial da educação, bem como entender o que vem buscar, saber ouvir, compreendendo as questões que os trazem até a escola, para que desta forma, possam vir a propor argumentos bem como possam vir a conduzir sua atuação profissional. O diálogo é fundamental dentro deste cenário e deve ser constante com todos os integrantes que compõem a equipe escolar, para que seja possível se efetivar todas as ações interdisciplinares necessárias, vindo desta maneira a proporcionar uma interação entre a equipe da escola, estudantes, família e demais atores inseridos dentro do território escolar (LUCIANO, SILVEIRA, 2021).

Segundo disposto no Manual de Orientação Psicólogos e Assistentes Sociais

na Rede Pública de Educação Básica o qual regulamenta a Lei 13.935/2019, e fala sobre outras atribuições do assistente social dentro das escolas aponta que o assistente social deve:

1. Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;
2. Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos (às) estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do (a) adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos;
3. Atuar no processo de ingresso, regresso, permanência e sucesso dos/as estudantes na escola;
4. Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;
5. Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
6. Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar; Orientações para regulamentação da Lei 13.935, de 2019.
7. Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação;
8. Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos/as estudantes;
9. Realizar de assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões.
10. Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidos na escola que se relacionem com a área de atuação;
11. Propor e participar de atividades formativas destinadas à comunidade escolar sobre temas relevantes da sua área de atuação;
12. Participar de ações que promovam a acessibilidade;
13. Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019).

Os estudos demonstram que nas gestões escolares se articulam os métodos de trabalho no âmbito escolar, no intuito de partilhar conhecimentos da equipe, sendo a escola um importante espaço social, onde os estudantes relatam e demonstram a sua vivência do cotidiano e suas respectivas demandas. Logo, identifica-se a importância da inserção do/a assistente social junto à equipe

interdisciplinar para exercer a profissão, trazendo seus conhecimentos e princípios contribuindo para as ações interdisciplinares buscando superar as vulnerabilidades no ambiente escolar (LUCIANO, SILVEIRA, 2021).

O/a assistente social no trabalho em equipe interdisciplinar passa a ser um aspecto a ser destacado, pois a atuação interdisciplinar requer construir uma prática político-profissional que possa dialogar sobre pontos de vista diferentes, aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissionais. A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação. Parâmetros para Atuação de Assistência Social na Política de Assistência Social do CFESS (2011, p.27).

Na interdisciplinaridade os profissionais atuam em conjunto, de modo que haja comunicação entre eles permitindo um olhar multifacetado, porém assegurando sempre o sigilo necessário com relação à realidade do sujeito, possibilitando uma troca de conhecimentos buscando ampliar o trabalho. Nesse sentido, na educação a interdisciplinaridade trata do aproveitamento extraído dos saberes para construir conhecimentos potencializando as ações conjuntas (SILVEIRA, 2017).

Da mesma forma, focaliza-se o trabalho interdisciplinar relevante na atuação do/a assistente social, sendo que o propósito inicial, mas fundante, das práticas interdisciplinares que permeiam as aproximações entre as diferentes profissões relaciona – se ao mergulho em conteúdos, aprofundando estudos e criando dinâmicas próprias da prática social. A atuação interdisciplinar deve criar espaços dialógicos, inovadores, coletivos, capazes de explicitar a ética como objetivação da liberdade. Esse tipo de atuação envolve uma relação de reciprocidade, substituindo a concepção fragmentária das ações por uma concepção de família/indivíduo como sujeitos históricos. (SILVEIRA, 2017, p. 56).

2.5 Procedimentos Metodológicos

Para o desenvolvimento do estudo optou-se pelo método da revisão

bibliográfica descritiva, de caráter qualitativo; com foco principal na abordagem do tema. Foram analisadas citações de autores e pesquisadores no assunto.

Foram utilizadas informações atualizadas do Ministério do Desenvolvimento Social e o Combate a Fome junto à interpretação de diversos autores de artigos originais e revisões literárias. Os critérios de inclusão foram preferencialmente textos em português, com resultados e conclusões positivas, artigos na íntegra que retratassem a temática referente à revisão integrativa e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados, em anos mais recentes possíveis.

Deste modo o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, que normalmente assume a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso, sendo que no caso específico do trabalho a ser desenvolvido sobre A atuação do Assistente Social no Centro de Referência da Assistencial Social-Cras será adotada a Pesquisa Bibliográfica.

Quanto a abordagem do problema, este estudo se baseia numa pesquisa qualitativa, pois se busca encontrar matérias bibliográficos referentes ao tema verificando assim o grau de qualidade dos materiais, sendo que para tanto serão analisados e utilizados livros, revistas, artigos e as leis atualmente em vigor a respeito do tema em questão, no intuito de se qualificar o que será usado como referência para execução do trabalho.

Este é um estudo caracterizado como revisão literária, será realizado por meio de pesquisas em bancos de dados como: Google Acadêmico, Pedro, Scielo, dentre outros, o levantamento realizado ocorrerá nos períodos de Março a Junho de 2023, serão considerados os trabalhos realizados nos últimos 10 anos, sendo estes analisados e selecionados de maneira qualitativa, em alguns casos quando se tratar de autores renomados trabalhos com mais de 10 anos de publicação também serão utilizados. Para escolha dos matérias a serem analisados a pesquisa se dará por meio das palavras chave: Serviço Social; Educação; Política de Educação; Equipe Multiprofissional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi desenvolvido através de estudos que tratam acerca do Serviço Social no contexto educacional, de modo mais específico por meio de

conteúdos que analisam a inserção do assistente social dentro da rede ensino básica, dando um destaque especial para a conquista no campo legal, a qual foi aprovada por meio da Lei 13.935/2019. Essa lei estabelece a prestação de serviços de psicologia e serviço social dentro da rede pública de educação. O que pode ser considerado como um grande avanço para o ambiente escolar, o qual passara a contar desta forma com um trabalho desenvolvido por outras áreas além das educacionais até então existentes.

No entanto é preciso compreender que ainda existe uma certa dificuldade para implementação da Lei 13.935/2019, a qual dentro do âmbito estadual dos estados brasileiros, ainda, se encontra em processo de regulamentação para sua devida implementação, estando esse processo ocorrendo de maneira lenta. Ocorre desta forma um retardo no processo de implementação desta lei, a qual dispõe acerca da inserção de psicólogos e assistentes sociais na educação básica, pois sua implantação remete a um vasto panorama de conflitos, sendo necessário uma implantação de protocolos, bem como de cuidados que englobam toda comunidade escolar, o que provoca a necessidade de adaptações para as novas relações educativas.

Assim pode-se verificar que esse processo de inserção do assistente social nas escolas consiste num grande desafio para o profissional deste campo, considerando sua inserção dentro da política educacional, pois este profissional precisara conhecer o ambiente escolar, para que assim, possa compreender as diversas demandas existentes dentro do cotidiano das escolas, considerando suas especificidades. Pode-se verificar que é fundamental o trabalho do assistente social na educação, e que este atue considerando as variadas expressões da questão social inseridas dentro do contexto escolar.

Dentro deste novo cenário percebe-se que o compromisso ético-político do assistente social consiste em garantir que os estudantes venham a ter acesso às diversas políticas públicas de direitos, justiça e cidadania, aonde é possível se dispor de uma perspectiva de atuação voltada para o desenvolvimento de diagnósticos sociais bem como realizar articulações com outras instituições, sendo possível desta maneira se propor diversas estratégias que visem garantia uma melhor qualidade da educação.

Portanto, pode-se compreender com base na temática aqui desenvolvida uma real necessidade que sejam realizadas ações que busquem integrar as demandas educacionais e que visem atender à estudantes, gestão escolar, professores bem como as famílias por meio da realização de um trabalho interdisciplinar, o qual tenha como objetivo principal fortalecer o espaço escolar bem como ofertar a devida proteção destes sujeitos.

Portanto o que se pode concluir é que o assistente social vem a ser inserido dentro do ambiente escolar na busca de desvendar os desafios que são encontrados dentro do espaço escolar, o qual envolve o processo de ensino/aprendizagem por meio de suas demandas cotidianas bem como seus desafios mais amplos, buscando assim criar diversas oportunidades para que os estudantes possam vir a ter acesso aos seus direitos bem como possam adquirir autonomia.

Por fim verificou-se por meio destes estudos importantes atribuições que podem ser atribuídas ao assistente social dentro das escolas, tais como: contribuir com o direito à educação, acesso e permanência escolar; garantir a qualidade dos serviços prestados fortalecer as relações escola/família/comunidade; inclusão escolar; atuação junto às famílias que sofrem violações de direitos; fortalecer e articular parcerias com demais políticas públicas bem como com o conselho tutelar, criar programas, projetos e ações para potencializar as ações do processo de ensino/aprendizagem; etc.

Portanto, diante de toda temática exposta fica possível compreender a importância do Serviço Social dentro do contexto educacional, sendo que as atividades desenvolvidas correspondem as atribuições e contribuições coerentes com o projeto ético político profissional do assistente social.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2017.

ARGUIM, Ana Carolina Margarida Oliveira. **O assistente social no ambiente escolar: a realidade do município de Imbituba/SC**. Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso de Pós Graduação em Educação e Direitos Humanos: escola, violências e garantia de direitos, da Universidade do Sul de Santa Catarina, 2016.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 2010. Brasília: Senado Federal.

_____. **Lei 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2012. Florianópolis. Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

_____. **Lei nº 3688/2000**. Brasília. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>> Acesso em 14/04/2015.

_____. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Brasília. Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/791720123/lei-13935-19>>. Acessado em 20 de maio de 2023.

_____. **Resolução nº 557/2009, de 15 de setembro de 2009**. Brasília, Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf>. Acessado em 20 de maio de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (org.). **Psicólogos(os) e assistentes sociais na rede pública de atenção básica**: orientações para regulamentação da lei 13.935, de 2019. Brasília: Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social, 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/manualassistenciaispsicologo2020.pdf>>. Acessado em 20 de maio de 2023.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislações e resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf>. Acessado em 28 de maio de 2023.

_____. **Grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação**. 2001. Brasília. Disponível em: <[www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)> Acessado em 27 de maio de 2023.

_____. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acessado em 20 de maio de 2023.

FIGUEIREDO, Charles Barros de. **O trabalho do Assistente Social na educação: demonstração do plano de ação.** In: _____. Mestrado do programa de Pós-Graduação em Política Social – Faculdade de Serviço Social do estado do Rio Janeiro. 16 f. Disponível em: <http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/o_trabalho_do_assistente_social_na_educacao.pdf>. Acessado em 26 de maio de 2023.

GRUPO DE TRABALHO DO CONJUNTO CFESS-CRESS SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acessado em 25 de maio de 2023.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família brasileira: a base de tudo.** 1998. São Paulo: Editora Cortez.

LUCIANO, Scharlana; SILVEIRA, Darlene de Moraes. **Um estudo sobre a importância do serviço social na rede pública de educação básica.** Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Serviço Social da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Ano 2021

MATOS, Cândida Margarida Oliveira. **Fundamentos históricos teóricos metodológicos do serviço social II.** Cândida Margarida Oliveira Matos. – Aracaju: UNIT, 2010.

SANTOS, Nelma Souza dos. **Serviço Social e Educação: Contribuições do Assistente Social na Escola.** Brasil, 2012. Disponível em: <www.reitoria.uri.br/~vivencias/numero_015/artigos/pdf/artigo_10.pdf>. Acessado em 22 de maio de 2023.

SANTOS, André Michel dos. **As contribuições do Serviço Social para a realidade escolar do Brasil.** Brasil, 2012. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/as-contribuicoes-servico-social-para-realidade-escolar-.htm>>. Acessado em 20 de maio de 2023.

SILVA, Luciana Batista da; GUIMARÃES, José Luiz. Conselho de Direitos e Conselho Tutelar: mecanismos de controle social e gestão de políticas públicas para crianças e adolescentes. In MATTIOLI, Olga Celiliato et al. (Org.). **A violência nos contextos familiar e social.** 2009. Curitiba: Ed. CRV.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A dimensão política do trabalho do assistente social.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 0, n. 120, p. 677-693, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4RNYGqckdySpPrJ6cTmsBSQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em 20 de maio de 2023.